



A Santa Sé

VISITA PASTORAL A SÃO MARINHO E A RÍMINI

29 DE AGOSTO DE 1982

***DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
ÀS AUTORIDADES DE SÃO MARINHO***

Domingo, 29 de Agosto de 1982

Senhores Capitães Regentes

Ilustres Autoridades

Agradecimentos vivíssimos pelas nobres e elevadas palavras a mim dirigidas.

1. É grande alegria para a minha pessoa iniciar este dia desembarcando neste agudo cimo do Titano, a fim de prestar homenagem à vossa dilecta República, ilustre por um glorioso passado constantemente distinto por anelos profundos de liberdade, de justiça e de paz, no sinal de uma fé cristã nunca adormecida e sempre inspiradora de nobres ideais.

O meu desejo de vos fazer visita e vir ter convosco, precisamente no meio da vossa Comunidade, foi antecipado pelo vosso repetido e cordial convite, testemunho daquela "celebrada hospitalidade, feita de graça e distinção" (*Insegnamenti di Paolo VI*, I, p. 39), característica da vossa tradição de solidariedade fraterna e de nobre humanidade. Agradeço, portanto, e dirijo a minha deferente saudação aos Senhores Capitães Regentes e às Autoridades civis; e dirijo o meu pensamento afectuoso a todos os cidadãos da República, cujas calorosas boas-vindas me ofereceram já primícias daquele convicto obséquio de alma que, mediante a minha pessoa, se dirige à Sé Apostólica e à Santa Igreja.

2. A história desta antiquíssima e singular Comunidade, para quem a torne a percorrer mesmo só de fugida, mostra a fiel presença de um *valor fundamental, o da liberdade*, tornado maneira radicada do pensar e do viver dos seus habitantes. Precisamente este valor gosto eu de recordar

e publicamente exaltar neste encontro, convidando a que se considerem, mesmo antes dos aspectos políticos, os morais e a íntima raiz espiritual deles. Foi Deus, com efeito, que, ao criar o homem "à Sua imagem e semelhança" (*Gén 1, 26*), o quis livre; constituiu-o senhor do que fora criado, conferindo-lhe, com a luz da inteligência, a força da liberdade, como capacidade de autodeterminação.

E embora, na presente experiência existencial marcada pelo pecado, a interior opção para o bem enfraqueça, devemos recordar a obra restauradora realizada por Cristo: *é Ele o verdadeiro libertador do homem!*

Precisamente sobre estas raízes daquela "perpétua liberdade", sempre operante nas vossas instituições civis, desejaria convidar-vos a reflectir; defendendo-lhe o substrato espiritual, lembrado por Cristo com as conhecidas palavras: "Conhecereis a verdade e a verdade tornar-vos-á livres" (*Jo 8, 32*). Donde se conclui que, ser livre, quer dizer produzir os frutos da verdade, actuar na verdade, e não submeter a verdade a si mesmo, às próprias veleidades, aos próprios interesses e às próprias circunstâncias (cf. *Insegnamenti di Giovanni Paolo II, IV, 1, 1981, pp. 790-791; Homilia para os Universitários, 20 de Março de 1980*).

3. Um segundo valor, vosso próprio, é o da *laboriosidade*, também ela elemento "interno" ao homem, designando o esforço e o estilo com que ele enfrenta o próprio trabalho. Tal valor representa, portanto, uma qualidade pessoal que se configura como autêntica virtude moral, entendida como amor ao trabalho, como conquista de uma adequada profissionalidade, como aperfeiçoamento quotidiano das próprias capacidades. Ela é, ao mesmo tempo, correspondência ao dom da liberdade e resposta ao mandato divino, dado ao homem, de exercitar um esclarecido e prudente domínio sobre a criação.

Sei que esta virtude distingue os habitantes de São Marinho do mesmo modo que os habitantes das Regiões circunvizinhas; desenha-lhes a vida, robustecendo-lhes o carácter e consente uma condição de honesto bem-estar. Oxalá, portanto, seja mantida e desenvolvida.

4. Chamando ao espírito a figura do vosso Fundador, que se dirigiu a estas amenas serranias para lhes trazer vida de oração e de penitência, nota-se com nitidez que a vossa Comunidade civil traz desde o nascimento, como componente fundamental e diria institucional, *o valor da fé*. É este um património preciosíssimo, que é vosso e é zelosamente conservado, aumentado e transmitido às gerações futuras.

Na sociedade actual manifesta-se muitas vezes uma situação dolorosa e contraditória. Por meio dos descobrimentos da ciência e as aplicações da técnica, a humanidade atingiu alto grau de progresso e de bem-estar, impensável mesmo só cinquenta anos mais cedo; todavia, nunca ela talvez, como hoje, se encontrou tão inquieta e ameaçada. A sociedade, que tende apaixonadamente para o futuro, na realidade tem medo do futuro. Uma condição assim dramática

põe em luz que o homem, na sua trabalhosa solicitude pelo progresso, precisa sobretudo de motivações certas e de valores absolutos.

A religião é, portanto, uma realidade de extremo valor também histórico e cultural, que não pode ser desarraigada do coração humano. Segundo foi autorizadamente informado, na altura da solene inauguração deste reconstruído Palácio do Governo, nada "sequestrará Deus da história"!

Neste contexto recordei aos Senhores Capitães Regentes, a 18 de Setembro de 1980, por ocasião da visita deles ao Vaticano: "A fé cristã, em Deus e em Jesus Cristo Redentor do homem, é também fé na radical dignidade do homem, e não pode portanto eximir-se a despertar... urgentes exigências de liberdade e de justiça... Enfraquecer a fé, impedir-lhe o exercício... significaria ameaçar a raiz interior da justiça e da liberdade" (*Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, III, 2, 1980, p. 662).

Ora, precisamente como nobre serviço à liberdade e à justiça, deve-se conceber a específica responsabilidade da autoridade política, pois ela está essencialmente ordenada ao bem comum e é legitimada, como qualquer outra realidade da vida colectiva, só pelo respeito da inviolável dignidade do homem. Ser autêntico servidor da liberdade e da justiça, significa oferecer a todos os cidadãos as possibilidades de uma ordenada afirmação e de um desejável incremento moral e civil, fugindo às sugestões de métodos discriminatórios e criadores de clientelas com vistas em hegemonias de poder; significa não favorecer — na família, na escola e na sociedade — métodos e conteúdos espiritualmente neutros e eticamente minimizadores que — não obstante intenções rectas e pessoal integridade — comportariam o esvaziamento dos valores cristãos e com isto penetrariam com insanável contradição as raízes mesmas daquelas altíssimas instituições; significa não seguir uma imagem de comunidade civil, dissolvendo no conformismo o vigor de virtudes morais e espirituais.

O Senhor Deus queira proteger os habitantes desta nobilíssima terra, fortificando neles propósitos de ordenado desenvolvimento civil, de concórdia operante e de invencível fé nos valores do espírito. Com estes votos, invoco sobre as vossas pessoas. Senhores Capitães Regentes, sobre as Autoridades e sobre todos os cidadãos de São Marinho, os dons e os confortos da protecção divina.